ção do Projeto de lei nº 976, de 2019, se proceda na seguinte conformidade:

1 - projeto de lei;

2 - Substitutivo nº 1".

Assina o deputado Gil Diniz.

Em votação.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Para encaminhar em nome da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Tem V. Exa. o tempo regimental para encaminhar pelo PT.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, presentes aqui nesta Assembleia, quero saudar a todos.

Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna para poder fazer um debate extremamente importante, um debate que começou ontem, que é a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras dos Correios, que iniciaram ontem uma greve por tempo indeterminado. São 100 mil trabalhadores dos Correios no Brasil, empresa da qual fez parte o deputado Gil Diniz.

Qual é o debate sobre os Correios? É o debate sobre a privatização, do seu presidente Jair Bolsonaro e do seu grande líder da economia chamado Paulo Guedes, banqueiro de Chicago, dono de banco, que deu, na crise da pandemia, 1 trilhão e 300 bilhões de reais para os banqueiros e, para pagar 50 bilhões por mês em auxílio emergencial, ele não queria.

Os trabalhadores ontem, a Assembleia e os trabalhadores dos Correios, decidiram por uma greve por tempo indeterminado. Você trabalhou nos Correios, Gil Diniz, você sabe que uma das grandes conquistas que tinha lá eram os benefícios que vocês tinham, que os trabalhadores e as trabalhadoras dos Correios têm.

Qual a posição da empresa? Em primeiro lugar, os cem mil trabalhadores pelo Brasil afora entram em greve por quê? O acordo coletivo dos Correios - porque um acordo de uma empresa com os seus trabalhadores é acordo coletivo, não é convenção coletiva, o acordo coletivo equivale a uma convenção coletiva - tinha 79 cláusulas que tratavam dos benefícios. Os Correios, sem negociação nenhuma, retiraram 70 cláusulas das setenta e nove.

Dentro das cláusulas que vocês conquistaram há mais de 30 anos na luta - porque foi com luta, foi com greve, com articulação no Congresso para ter conquistas -, extinguiram algumas cláusulas, por exemplo, com muita utilidade, com muito benefício: a cláusula de 180 dias de licença-maternidade, o adicional de risco de 30%, o adicional de risco dos carteiros.

Os trabalhadores dos Correios, principalmente os carteiros, que andam a pé na rua, muitas vezes são agredidos por moradores, bandidos, as vezes são mordidos por cachorros ou animais domésticos. Então acaba acontecendo isso. Reduziu o adicional do plano de saúde de 70% para 50%, além do que retirou os dependentes, como pais e mães, que foi uma conquista muito importante.

Você, deputado Gil Diniz, sua mãe era diarista. Quando você estava no Correio, você podia colocá-la como dependente no plano médico. Para ela era uma grande assistência médica, porque foi uma das conquistas boas que os trabalhadores tinham.

E olha só, o governo, quando quer privatizar uma empresa, normalmente vai buscar a privatização é de empresas que dão prejuízos. Entre 2017 e 2019, os Correios faturaram mais de 1 bilhão de reais.

Portanto, cai por terra o debate do prejuízo, porque, para faturar mais de 1 bilhão de reais, é em função dos baixos salários que paga, em função da retirada de benefícios e em função de outras maldades que os governos vão fazendo com os trabalhadores e trabalhadoras dos Correios.

Trabalhadores dos Correios, nas enchentes em Minas Gerais, esse ano, foi quem fez chegar o auxílio, a ajuda, as doações, às pessoas que estavam na área onde as outras transportadoras não conseguiam chegar. Então, além disso, ele tem uma previsão de expansão dos trabalhos, de aumento.

Eu conheço a tua posição, você já me falou. Mas você sabe da importância do trabalho que tem os trabalhadores e as trabalhadoras dos Correios. Uma coisa é a posição que você tem. A outra coisa é a importância dos trabalhadores. Uma coisa é ser a favor da privatização. Uma outra coisa. Mas você sabe da importância.

E não são trabalhadores de alta renda. São trabalhadores que a remuneração é média. Quem ganha bem chega na média. O que é média? É um pouco mais de dois salários mínimos, 2 mil e 90 reais.

Entre dois salários mínimos e quatro salários mínimos. Poucos ganham acima disso. O restante é isso. Andam longas jornadas por dia, expostos ao mal tempo, expostos aos assaltos, expostos a um risco. E é dessa maneira que estão tratando.

Então quero parabenizar as centrais sindicais, que se uniram em torno da luta dos Correios. As 11 centrais sindicais estão apoiando, hoje, a luta dos trabalhadores e da greve dos Correios.

Sugiro aos companheiros do PSOL, do PCdoB, e a outros deputados que queiram, que são contra a destruição de serviços públicos importantes como os Correios, que façam vídeo ou áudio de apoio à luta dos trabalhadores.

Então quero parabenizar a Central Única dos Trabalhadores, central à qual pertenci por 35 anos; a Força Sindical, do amigo Miguel Torres; a UGT, do Patah; a CTB, do Adilson Araújo; a Nova Central, do Calixto; a CSB, Central Sindical Brasileira, do Álvaro Egeia; a CCT, da Nilza Pereira, que é o pessoal ligado à Intersindical. Essa GTB, do Ubiraci, a Central Pública dos Servidores, e a Conlutas aqui de São Paulo.

São onze centrais sindicais, com seus vários sindicatos, todos filiados na luta em apoio e em defesa da greve dos trabalhadores dos Correios. E eu, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, estou falando em nome da bancada, nós vamos apoiar de maneira dura essa greve.

Nós vamos participar dessa greve com vocês. Eu quero estar lá junto com vocês, dos Correios. Têm aqui o nosso gabinete à disposição, a liderança do PT à disposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado. Em votação. As Sras. Deputadas e Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Queria uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Com a anuência do seu líder, que está ali, vamos fazer a verificação de votação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, vamos realizar a votação pelo sistema eletrônico de votação.

Esta Presidência vai fazer soar o sinal intermitente por quatro minutos, para que as Sras. Deputadas e Srs. Deputados tomem conhecimento da votação que se realizará a partir deste momento.

* * *

- É iniciada a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

* * *

O SR. PAULO CORREA JR - DEM - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Paulo Correa.

O SR. PAULO CORREA JR - DEM - Para colocar o Democratas em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - O Democratas está em obstrução.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Barba.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Para colocar o PT em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - O PT está em obstrução.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputada Monica.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Para colocar o PSOL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - O PSOL está em obstrução.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Altair.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Para colocar o Republicanos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - O Republicanos está em obstrução.

O SR. MARCIO DA FARMÁCIA - PODE - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Marcio da Farmácia.

O SR. MARCIO DA FARMÁCIA - PODE - Colocar o Podemos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - O Podemos está em obstrução.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Colocar o Progressistas em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - O Progressistas está em obstrução.

O SR. ED THOMAS - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Ed Thomas.

O SR. ED THOMAS - PSB - Vice-liderança do PSB, colocar o PSB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - O PSB está em obstrução.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem, presidente. Colocar o PSDB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - O PSDB está em obstrução, pela deputada líder, Carla Morando.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Rodrigo Gambale.

O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Colocar o PSL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - O PSL está em obstrução.

* * *

- É feita a votação pelo sistema eletrônico.

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Passamos então ao resultado. Participaram desta votação 24 Sras. Deputadas e Srs. Deputados, 23 votaram "sim", e este Presidente, que não vota, quórum insuficiente para a aprovação da matéria, que fica agora em votação adiada.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Tem mais alguma coisa nesta sessão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Não. Nós estamos... Esgotado o objeto da presente sessão, nós já estamos encerrando a presente sessão.

Está encerrada.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 17 minutos.

* * *

20 DE AGOSTO DE 2020
42ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA e CASTELLO BRANCO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CASTELLO BRANCO

Posiciona-se contrário ao PL 529/20. Considera o projeto enviado como equivocado, irresponsável e de má-fé. Exibe slides explicando os pontos principais do projeto. Critica o que considerou como fome arrecadatória do governo estadual. Esclarece que o mesmo causará diversos prejuízos à população do Estado.

3 - CARLOS GIANNAZI

Parabeniza o deputado Castello Branco pelo seu pronunciamento. Discorre sobre a derrubada do Veto nº 17, a ser pautado hoje na Câmara dos Deputados. Esclarece que o mesmo se refere ao congelamento dos reajustes salariais e reposição salarial dos servidores do País, assim como o congelamento das promoções e evoluções funcionais. Informa que o veto foi derrubado ontem pelo Senado. Pede que a população pressione os seus deputados federais.

4 - DOUGLAS GARCIA

Considera Paulo Guedes como o melhor ministro da Economia que o Brasil já teve. Esclarece que o Veto nº 17 não tem o objetivo de castigar os servidores públicos, mas sim evitar um prejuízo de 120 bilhões de reais ao erário. Critica o voto do senador Major Olimpio nesta votação. Afirma que o senador não representou a população paulista. Ressalta que o parlamentar foi eleito senador somente em razão do apoio do presidente Jair Bolsonaro. Pede que a Câmara dos Deputados mantenha o Veto nº 17.

5 - JANAINA PASCHOAL

Defende a manutenção do Veto nº 17. Pede que os deputados federais votem favoravelmente ao veto. Considera o pronunciamento do deputado Douglas Garcia injusto e irresponsável. Afirma que o senador Major Olimpio possui uma história prévia a esta eleição. Concorda que o apoio do presidente Jair Bolsonaro impactou a eleição do senador. Lamenta que o senador tenha sido atacado em razão do seu posicionamento na votação do veto. Diz ser necessário reconhecer o papel de cada um.

6 - CASTELLO BRANCO

Assume a Presidência.

7 - DOUGLAS GARCIA

Para comunicação, agradece a intervenção da deputada Janaina Paschoal. Lembra frase do senador Olimpio sobre a volta do presidente Jair Bolsonaro ao PSL. Esclarece que não existe a vontade de proximidade do senador Major Olimpio com este deputado há bastante tempo. Reafirma que o mesmo não teria força para ser eleito senador sem o apoio do presidente.

8 - CORONEL TELHADA

Cumprimenta os municípios aniversariantes. Informa o falecimento do soldado Primo João Gilli, que lutou pelo Brasil na 2ª Guerra Mundial. Lamenta a proibição, pelo STF, de uso de helicópteros em operações policiais no Rio de Janeiro, de forma permanente. Considera que, desta maneira, houve uma liberação do tráfico de drogas nos morros cariocas. Lamenta que a lei, hoje, proteja os traficantes e não a população e os policiais. Critica a proibição, em São Paulo, do combate aos pancadões pelos policiais. Discorre sobre a retirada de direitos dos autistas no PL 529/20. Posiciona-se contra o PR 15, que prevê o retorno das sessões virtuais. Declara-se contrário à manutenção do Veto nº 17.

9 - ADALBERTO FREITAS

Informa ser comemorado hoje o Dia do Maçom. Parabeniza todos os integrantes da Maçonaria.

10 - PROFESSORA BEBEL LULA

Afirma que o PL 529 ataca os direitos públicos e sociais dos cidadãos paulistas. Elogia o trabalho desenvolvido pelo Oncocentro. Ressalta que muitos paulistas utilizam seus serviços. Solicita que a isenção de empresas de diversas categorias seja revista. Discorre sobre a aprovação da reforma da Previdência em ambiente presencial. Pede que os pais não mandem seus filhos para a escola neste momento.

11 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

12 - CASTELLO BRANCO

Lembra o surgimento da Maçonaria. Afirma que a mesma contribuiu muito com a história brasileira. Parabeniza todos pelo Dia do Maçom.

13 - PROFESSORA BEBEL LULA

Para comunicação, diz ser favorável à derrubada do Veto nº 17. Afirma que o senador Major Olimpio sempre teve compromisso com os servidores públicos do estado de São Paulo. Ressalta que o mesmo é coerente com a sua bandeira.

14 - CARLOS GIANNAZI

Considera o PL 529 um atentado contra a população e o patrimônio público de São Paulo. Discorre sobre a CDHU, umas das empresas listadas no projeto para serem extintas. Afirma que esta empresa foi responsável pela construção de mais de 500 mil casas populares. Destaca o seu grande conhecimento em construção, além de um grupo técnico especializado no assunto. Cita áreas de investimento da CDHU. Esclarece que sua função social é muito importante para a população de baixa renda. Comenta os efeitos que esta extinção provocará no Estado. Ressalta que o Governo do Estado está a serviço da especulação imobiliária e das grandes empreiteiras.

15 - JANAINA PASCHOAL

Discute a situação de moradores da região de Santa Ifigênia. Menciona o grande número de assaltos, furtos e abordagens. Informa ter recebido resposta de ofício enviado ao secretário de Segurança Pública esclarecendo que há uma decisão judicial que impede os policiais de fazerem qualquer tipo de abordagem naquela região. Lamenta que os trabalhadores da região tenham que passar por essas situações.

GRANDE EXPEDIENTE

16 - JANAINA PASCHOAL

Para comunicação, informa que visitara o Imesc, hoje de manhã. Valoriza a atividade da instituição. Informa que defende o enxugamento do estado, mas de modo responsável. Indaga quem deve se responsabilizar pelo trabalho exercido pela citada entidade, caso seja extinta.

17 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, elogia o senador Major Olimpio por seu trabalho quando deputado estadual nesta Casa.

18 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Endossa o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi.

19 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

20 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 21/08, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da ata da sessão anterior. E recebe o expediente, iniciando o Pequeno Expediente com os seguintes deputados inscritos.

Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputada Professora Bebel Lula. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Deputado Rodrigo Gambale. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Castello Branco. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - A esperança da colheita reside na semente. Com esta frase, abrimos o parlamento de hoje, falando sobre o Projeto de lei nº 529. E já manifestando, desde já, que somos contra o texto que aí está.

E apresentando uma denúncia de que, mais uma vez, o Executivo do Governo do Estado de São Paulo apresenta as coisas de forma equivocada, errada, misturando assuntos e distorcendo informações.

Mais uma vez, preparamos uma apresentação para que o público entenda do que estamos falando. O Sr. Governador misturou vários assuntos, alguns díspares, que não têm nada a ver, num assunto só.

Querem aproveitar a pandemia e o momento em que a população está distraída com outras coisas, para aprovar - desculpem o chulo - no tapetão e no passa-moleque, mais uma vez, interesses espúrios, escusos e inconfessáveis.

Para mim, é profunda má-fé o que se está fazendo aqui. Mais uma vez, esta Casa não pode assinar embaixo o disparate que vamos mostrar aqui. É um projeto de lei de ajuste fiscal. Já antecipo a minha preliminar análise, fazendo uma analogia, de que é um "x-tudo" que, no meio, tem carne de gato e barata.

Muito bem. No dia 13 de agosto, quinta-feira, foi apresentado um projeto de lei, chamado ajuste fiscal. É importante destacar que esse ajuste fiscal procura conter um rombo de mais de 10 bilhões no Orçamento de 2021. Ou seja, o governo estadual pretende acabar com pesquisas, bolsas de estudo, verbas para a Educação, isso porque, dentre as propostas apresentadas, uma delas prevê que o superávit de fundos, autarquias e fundações sejam direcionadas ao Tesouro para se gastar do jeito que quer. Diga-se de passagem, mau uso do dinheiro público.

É o caso, por exemplo, de cortar 5 mil e 600 vagas no funcionalismo público com a intenção de extinguir 10 empresas. Algumas, duvidosas; mas outras, muito boas, que prestam um excelente serviço à sociedade, inclusive de cunho estratégico. Isso eles pretendem para quê? Para minimizar os impactos financeiros da pandemia. Ou seja, o governo estadual fez mau uso do dinheiro público.

O governo estadual gastou o que não podia e agora quer preencher o caixa, com segundas intenções, prejudicando quem não deve ser prejudicado. Por exemplo, volte no slide anterior: CDHU, EMTU, Sucen, Imesc, Daesp, Itesp, Fundação Parque Zoológico, que já foi alvo desta Casa, Fundação Oncocentro também, Furp, além da fusão do Instituto Florestal com o Instituto de Botânica e Geológico.

Cada caso é um caso. Cada caso merece um atendimento específico, com a análise responsável das consequências destes atos. O pacote de ajuste fiscal proposto busca também retirar o benefício do IPVA para todos os deficientes físicos, visuais e mentais, independente do carro ser adaptado ou não.

Foi fruto de muitos bons deputados desta Casa, durante muitos anos, esta conquista social. Ele quer tirar tudo agora. Sabem como se chama isso, deputados? Fome arrecadatória. É o leão do imposto, que ele desdobra.

Isto aqui, para mim, é a maldade maior de todas, mudando a base de cálculo na tributação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações. Pretendia-se aprovar, nesta Casa, uma ampliação de 4 para 8%, que eu já acho um absurdo.

Posso defender isso e fazer uma sustentação oral oportunamente. Mas a maldade foi além. Ele muda a base de cálculo, o que vai fazer com que todas as nossas doações, de móveis de bens, etc., custem muito mais.

O Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, o Iamspe, que já é matéria controversa, que já está errado, que presta um péssimo serviço ao servidor público, etc., ele quer aumentar as alíquotas de arrecadação. Não vou entrar no assunto do Iamspe porque vai ser alvo de outra palestra.

Este talvez seja o segundo pior. Ele quer fazer um corte linear de 20% em todos os benefícios fiscais concedidos com o ICMS. Principal fonte da receita do Estado, o ICMS corresponde, atualmente, a mais de 60%, e está gerando uma arrecadação de 8 bilhões. Ele quer aumentar essa base de arrecadação.

Importante que, na questão do ICMS, o Estado deixa de arrecadar 40 bilhões com os incentivos concedidos a empresas e setores específicos. A arrecadação de ICMS prevista para o ano que vem é de cerca de 141 bilhões, o que representa 66% da arrecadação.

A isenção de ICMS precisa ser analisada com muita calma, porque tem setores que dependem dessa isenção para progredir. Cada caso é um caso, repito. E não pode ser feito de uma forma inconsequente.

Chegando à fase final da minha fala. Desde a madrugada de hoje, dia 20 de agosto, motoristas e funcionários da EMTU, do projeto Ligado e do RTO, protestam à frente da Assembleia. O que eles pedem? O que as vans escolares pediram em abril também. O segmento está falindo, está com estrangulamento financeiro. Não conseguem pagar e vão ter busca e apreensão nos seus veículos.

Eles pedem auxílio do governo estadual, mas para isso não tem dinheiro. Para o que interessa para o povo, para mais de 10 mil famílias que estão diretamente ligadas a isso.

Fora as crianças especiais, que não terão atendimento. Mas, para isso, não tem recurso. Próximo. O pedido da categoria já foi pleiteado. Um deles é o PL 454, de 2020, que pede auxílio financeiro emergencial a esses prestadores de serviço. Mas o governador, além de não atender, ainda quer acabar com a EMTU.

A pergunta que não quer calar. Ele vai acabar com um setor estratégico, que presta um serviço de excelência, que não dá prejuízo ao Estado. E vai pôr quem no lugar? Interrogação. Para mim, o PL 529, de 2020, do jeito que está, é irresponsável, de má-fé. É um pacote de maldades que vai trazer muitos prejuízos à população do estado de São Paulo.

Agora, algumas imagens de hoje, para fechar a minha fala. Tem aqui quase 10 mil pessoas que estavam acampadas, revoltadas com a superficialidade Me fogem até as palavras com os descalabros dessa lei. Rogo a Deus que nós, deputados desta Casa, nos unamos e não permitamos que isso seja aprovado.

Conclusão: juntos somos mais fortes. Estamos junto dessas categorias e apoiando essas pessoas do bem, que perderão os seus empregos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Deputado. Próximo deputado, deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputado Ed Thomas. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, quero parabenizar o deputado Castello Branco pela intervenção crítica que fez e corajosa contra o PL 529. Nós queremos nos associar à sua fala, deputado Castello Branco, é o que nós pensamos em relação ao 529.

Eu quero voltar a esse assunto ainda no dia de hoje, mas quero dizer que hoje nós estamos mobilizados em todo o Brasil para pressionar os deputados na Câmara dos Deputados, em Brasília, para que haja a derrubada do Veto 17, o famigerado e perverso veto imposto pelo presidente Bolsonaro contra os servidores públicos.

A Lei Complementar 173, no § 6º do Art. 8º dessa lei, congelou, Sr. Presidente, os reajustes salariais, a reposição salarial, que é garantida pela constituição federal de todos os servidores do Brasil com data-base estabelecida por cada ente federativo, e também congelou as promoções e as evoluções funcionais como quinquênio, licença-prêmio, sexta-parte, toda essa evolução que é uma conquista dos servidores.

Toda essa evolução, toda essa progressão foi congelada, foi tungada, foi confiscada pelo governo Bolsonaro dos servidores públicos, dos profissionais da Educação, Segurança Pública, da Saúde, dos médicos, das enfermeiras, estes trabalhadores que estão trabalhando muito, se expondo, saindo às ruas atendendo à população.

O prêmio que o Bolsonaro deu para esses trabalhadores foi o quê? O confisco dos seus benefícios salariais. Não vai ter reposição das perdas salariais, não vai ter reajuste, não vai ter promoção, não vai ter licença-prêmio, quinquênio, sexta-parte, nada disso. É o prêmio para os servidores que estão expondo suas vidas e seus familiares, e muitos já morreram inclusive atendendo a população.

Repito: são profissionais da Educação que estão trabalhando e mais ainda do que estavam trabalhando no trabalho presencial. Servidores da Saúde, médicos, enfermeiras, policiais civis e militares, bombeiros, enfim, várias categorias profissionais. Assistentes sociais estão sendo prejudicados, psicólogos, todas as pessoas que estão atendendo a população e trabalhando, essas pessoas estão sendo prejudicadas.

Por isso que ontem conseguimos uma vitória importante: o veto foi derrubado pelo Senado, foi derrubado corretamente. Hoje está em pauta na Câmara dos Deputados a derrubada desse veto, é o Veto 17.

Então, é muito importante que o telespectador que está nos acompanhando pressione o seu deputado federal, seu partido, para que ele vote pela derrubada do Veto 17, que tungou, confiscou, roubou os direitos dos servidores públicos do Brasil, direitos conquistados na legislação.

Houve um congelamento, esses servidores terão um prejuízo imenso em suas carreiras profissionais. Terão um confisco de 19 meses, isso praticamente desaparece de suas respectivas vidas funcionais.

Então, nós estamos lutando hoje em todo o Brasil, a nossa bancada do PSOL está mobilizada, preparada para fazer a votação à derrubada desse veto e é importante que todas as bancadas façam o mesmo.

Quem realmente defende servidor público, é a hora de manifestar. Vejo muitos deputados vindo aqui na tribuna e no Congresso também dizendo: "Eu defendo o servidor público", mas nesta hora que você sabe quem está de fato defendendo os servidores.

Então queremos a imediata derrubada do Veto 17, que confiscou os salários, que confiscou o quinquênio, que confiscou a licença-prêmio, que confiscou vários benefícios, Sr. Presidente, relacionados também à evolução funcional e à progressão na carreira, que são evoluções estabelecidas em cada carreira, em cada Estatuto do Funcionalismo Público, seja ele municipal, estadual, federal.

Faço um apelo para que todos os deputados, inclusive os deputados da Assembleia Legislativa, pressionem os seus aliados dos seus partidos, em Brasília, para que eles façam o mesmo, para que eles derrubem o famigerado, perverso e cruel Veto 17, para que nós possamos restabelecer o direito do quinquênio, da sexta-parte, da licença-prêmio, da reposição das perdas inflacionárias e do reajuste salarial.

Então, derruba o Veto 17, hoje na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. O próximo deputado é o deputado Douglas Garcia. Vossa Excelência tem o tempo regimental.